

Loteamento da Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro, União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, Município de Oeiras



Estudo de Impacte Ambiental

Vol. I – Resumo Não Técnico

LOTEAMENTO DA ESTAÇÃO RADIONAVAL COMANDANTE NUNES RIBEIRO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA-DAFUNDO, MUNICÍPIO DE OEIRAS

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Resumo Não Técnico

ÍNDICE GERAL

Volume I	Resumo Não Técnico
Volume II	Relatório Síntese
Volume III	Peças Desenhadas
Volume IV	Anexos

ÍNDICE

O que é o Resumo Não Técnico?3

O que é o Estudo de Impacte Ambiental? E o que é o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental? E qual a relação do projeto de Loteamento com este procedimento? E o que é a Declaração de Impacte Ambiental?.....3

Qual o projeto objeto de AIA? Quem é o proponente? E quem é a entidade licenciadora?.....4

Quais os objetivos do projeto? E como se justifica na área onde se insere?5

Onde se localiza o projeto? Quais as suas características principais? E qual é a programação temporal das suas várias fases?6

Foram consideradas alternativas? 13

Quais as principais características da área de implantação do projeto? 13

Quais os principais efeitos (impactes) do projeto? 18

Quais as principais medidas de mitigação dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos? E quais as consequências dessas medidas nos impactes anteriormente identificados?20

E foi proposta monitorização? 21

Qual a conclusão que se retira da análise efetuada?21

LOTEAMENTO DA ESTAÇÃO RADIONAVAL COMANDANTE NUNES RIBEIRO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA-DAFUNDO, MUNICÍPIO DE OEIRAS

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Resumo Não Técnico

O que é o Resumo Não Técnico?

O **Resumo Não Técnico (RNT)*** é um documento que integra o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), mas que é editado de forma autónoma, de forma a facilitar uma divulgação mais alargada, em particular durante a consulta pública.

*: Na última página encontra-se uma lista de siglas.

O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes do EIA. Quem pretender aprofundar algum dos aspetos relativos ao estudo dos efeitos do projeto do **Loteamento da Estação Radionaval**, poderá consultar o EIA que estará disponível no sítio de internet Participa, que é o portal oficial onde são disponibilizados os processos de consulta pública a cargo do Ministério do Ambiente e da Ação Climática.



Sítio internet: www.participa.pt

O que é o Estudo de Impacte Ambiental? E o que é o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental? E qual a relação do projeto de Loteamento com este procedimento? E o que é a Declaração de Impacte Ambiental?

Determinadas categorias de projetos estão sujeitas ao procedimento de **Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)**, antes do seu licenciamento. A decisão de sujeitar um projeto a AIA depende das suas características e/ou da sua localização, tal como definidas no Regime Jurídico da AIA (RJAIA), estabelecido pelo Decreto-Lei (DL) n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com a redação atual. Este diploma transpõe para o direito nacional a Diretiva europeia 2011/92/UE, alterada pela Diretiva 2014/52/EU, usualmente designada como Diretiva AIA.



A legislação nacional, como os Decretos-Lei, pode ser consultada no sítio de internet [http://: www.dre.pt](http://www.dre.pt)

Os loteamentos urbanos com uma área igual ou superior a 10 ha ou construção superior a 500 fogos estão automaticamente sujeitos a AIA. O projeto de loteamento incide sobre uma área aproximada de **36,2 ha** e prevê **770 fogos**, estando abrangido pelo procedimento de AIA por ultrapassar ambos os critérios.



A legislação comunitária, como as diretivas europeias, pode ser consultada no sítio da internet: eur-lex.europa.eu/pt/index.htm

A AIA tem como **objetivos**:

- Avaliar os potenciais efeitos (impactes), positivos e negativos;
- Identificar as medidas para evitar, reduzir ou compensar os efeitos negativos significativos;
- Indicar as medidas de controlo (monitorização) a adotar, antes de uma decisão ser tomada.

A AIA também permite que as entidades e o público interessado se possam pronunciar, contribuindo para essa decisão sobre o projeto.

Este EIA é apresentado a uma entidade da Administração Pública, designada como **Autoridade de AIA**, para apreciação. No caso do projeto do Loteamento da Estação Radionaval, a Autoridade de AIA é a **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)**.

O EIA foi elaborado entre março e outubro de 2023 e é constituído pelos seguintes volumes:

- **Resumo Não Técnico**, que corresponde ao presente documento, de síntese;
- **Relatório Síntese**, que corresponde ao volume no qual a informação sobre o local e o projeto é analisada com maior detalhe;
- **Peças Desenhadas**;
- **Anexos**, que correspondem a elementos complementares considerados pertinentes para o total entendimento da análise do projeto;

Após a apreciação do EIA por parte de uma comissão (a Comissão de Avaliação), nomeada para o efeito, o procedimento termina com a emissão de uma **Declaração de Impacte Ambiental (DIA)**. Esta declaração é emitida pela Autoridade de AIA e pode ser favorável, favorável condicionada ou desfavorável. A DIA deve ter em conta a análise dos impactes do projeto realizada por uma comissão (a Comissão de Avaliação), nomeada para o efeito, bem como os resultados da consulta pública realizada. O projeto apenas pode ser licenciado após a emissão de uma DIA favorável ou favorável condicionada.



Sítio internet: <https://ccdr-lvt.pt/>
Telefone: +351 213 837 100

Quando a DIA é **favorável condicionada**, a realização do projeto obriga à concretização das medidas consideradas necessárias para valorizar os efeitos positivos do projeto e para evitar, reduzir ou compensar os seus efeitos negativos significativos. Exemplos destas medidas são a implementação de planos de gestão ambiental ou o acompanhamento arqueológico das obras.

Qual o projeto objeto de AIA? Quem é o proponente? E quem é a entidade licenciadora?

O projeto analisado no EIA é o **Loteamento da Estação Radionaval** e o proponente é o **IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana I.P.**

A entidade licenciadora é a **Câmara Municipal de Oeiras**.



Instituto da Habitação
e da Reabilitação
Urbana

Sítio internet: <https://www.ihru.pt/>
Telefone: 217 231 500

Em que fase se encontra o projeto?

A AIA pode decorrer em fase de estudo prévio (também chamada “anteprojecto”) ou na fase de projeto de execução.

O Loteamento encontra-se em fase de projeto de execução, ou seja, encontra-se numa fase em que os detalhes necessários para o licenciamento e subsequente construção e exploração estão definidos.



Sítio internet: <https://www.oeiras.pt/>
Telefone: 214 408 300

Quais os objetivos do projeto? E como se justifica na área onde se insere?

A solução urbanística desenvolvida para a área de intervenção assegura os seguintes **objetivos**:

- Acolher o **programa habitacional de renda acessível** que o IHRU pretende promover nos terrenos da antiga "Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro", um Programa de Arrendamento Acessível programado para cerca de 700 fogos.
- Cedência de terrenos ao Município para a criação de um novo **Parque Urbano** com cerca de 11,73 ha bem como de uma nova zona verde pública a criar na área específica do programa habitacional do IHRU, com cerca de 5 ha, constituindo para além de uma área significativa, cerca de 16,73 ha, com função de equilíbrio e qualificação ambiental, uma nova centralidade de lazer e recreio, em espaço que será desenvolvido com conceito de espaço naturalizado.
- A localização de um significativo espaço verde no contexto da articulação entre os aglomerados urbanos de Algés e Linda-a-Velha, vem disponibilizar à população residente, que, no conjunto, totaliza cerca de 48 000 habitantes, uma **nova e vasta área de passeio**, contemplação da paisagem e estudo da natureza, recreio, desporto e realização de eventos ao ar livre.
- Cedência de terrenos para **reforço da rede de equipamento educativo, desportivo, social e cultural** para a população da área urbana de Algés e Linda-a-Velha.

O Projeto pretende assegurar uma **significativa oferta habitacional** em regime de **renda acessível**, que contribuirá para dar resposta às necessidades concretas de muitos agregados familiares dos grupos etários mais jovens e garantir a sua fixação no território do Município, e também dos estratos de população com mais avançada idade, garantindo a sua permanência no território com um elevado nível de equipamento de apoio à saúde, onde se desenvolveram as suas redes de contactos sociais e na proximidade dos familiares das gerações mais jovens, numa localização de elevada centralidade, com boas condições de acessibilidade e infraestruturização urbana, dotada já de uma rede de equipamentos educativos sociais e culturais.

Onde se localiza o projeto? Quais as suas características principais? E qual é a programação temporal das suas várias fases?

O Projeto localiza-se na Área Metropolitana de Lisboa (Figura 1), correspondente a NUTS II e III, no concelho de Oeiras, **União de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo** (ver Desenho 1, no final do RNT).

A sigla **NUTS** significa Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos e corresponde a um sistema hierárquico de divisão do território português em regiões.

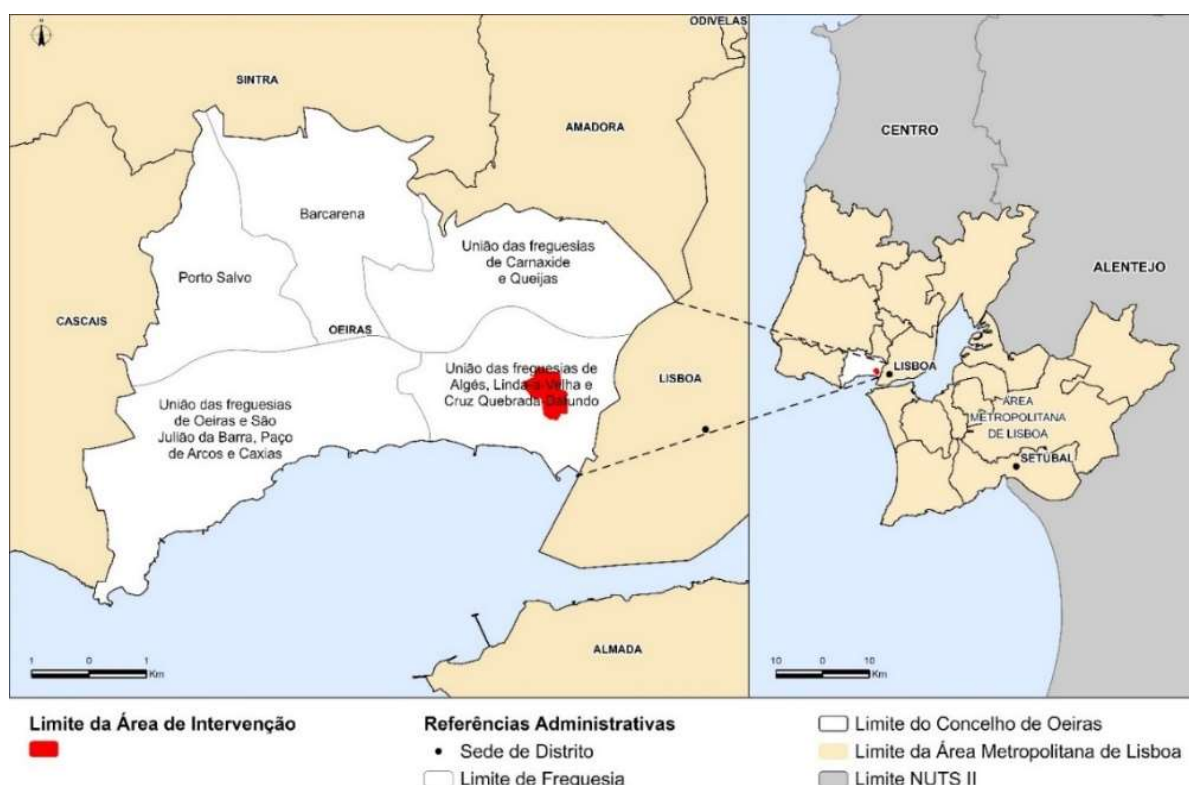


Figura 1 | Localização do Projeto à escala regional.

A área objeto de intervenção, confronta a norte com a Escola Secundária de Linda-a-Velha, a poente com uma área habitacional de moradias unifamiliares e com a Rua Dr. João Chagas, a sul com a Rua Dr. Mário Charrua e Rua Dr. Augusto José da Cunha, a nascente com o empreendimento do Almarjão, a Escola EB/3I do Alto de Algés, a Rua da Eira e edifícios de habitação coletiva (Figura 2).



Figura 2 | Localização do Projeto à escala local.

De acordo com o PDM, a área de intervenção insere-se na Sub UOPG 10, definida no Artigo n.º 43 do Regulamento e encontra-se atualmente classificada como Área de Equipamentos de Defesa Nacional a Reconverter, abrangendo ainda uma pequena área classificada como Espaço Verde Urbano.

A **Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG)** é uma porção contínua de território, delimitada em PDM ou PU para efeitos de programação da execução do plano ou da realização de operações urbanísticas. Deve ser acompanhada do estabelecimento dos respetivos objetivos bem como dos termos de referência para a elaboração de planos de urbanização, planos de pormenor ou para a realização de operações urbanísticas, consoante o caso.

A área de intervenção não se encontra abrangida por **áreas sensíveis**, tal como definidas no RJAIA.

Atualmente a área de intervenção apenas possui as construções anteriormente afetadas à Estação Rádio Naval e encontra-se descaracterizada e abandonada após a desafetação da atividade daquela infraestrutura Militar (Fotografia 1).

De acordo com o artigo 2.º do RJAIA são **áreas sensíveis** as áreas protegidas, sítios de Rede Natura, e zonas de proteção de património classificado ou em vias de classificação.



Fotografia 1 – Edifício abandonado, na área afeta à antiga Estação Radionaval.

Em termos de modelo de estruturação urbana, é proposta a **criação do grande Parque Urbano** que abrange uma área de cerca de 12 ha (cerca de 1/3 da área do Projeto) com uma orientação sensivelmente N/S (**Figura 3**), duas novas ruas estruturantes; a ligação da Rua Dr. Mário Charrua no Alto de Algés, em alameda, até Linda-a-Velha (Rua 2) e rua transversal (Rua 1) que liga a Rua Vítor Duarte Pedroso à Rua João Chagas.

O Projeto prevê o fracionamento em 48 lotes destinados à edificação urbana afeta a habitação, com um total de 770 fogos:

- 740 fogos, que correspondem a habitação coletiva.
- 30 fogos correspondem a habitação unifamiliar.

Para perpetuar a memória da atividade anteriormente existente e assinalar as referências edificadas do uso militar, e, porque, embora muito degradados, têm características próprias da arquitetura da época, prevê-se a **reabilitação de dois edifícios existentes para novas utilizações** – equipamentos de utilização coletiva (um dos edifícios destina-se à futura junta de freguesia), as restantes edificações serão demolidas. Os equipamentos que irão integrar os edifícios existentes e a reabilitar correspondem aos equipamentos E3 e E4, estando ainda prevista na área para três novos equipamentos: E1, E2 e E5.

A restante área corresponde a áreas verdes de utilização comum e parque urbano, áreas de infraestruturas viárias de utilização comum, redes de esgotos e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, que se encontram implantadas ao longo dos arruamentos viários e pedonais.



Limite da Área de Intervenção



Extrato da Legenda da Planta Síntese

- LIMITE ÁREA DE INTERVENÇÃO = 361.674,30 m²
- LIMITE ÁREA A LOTEAR = 322.836,60 m²
- LIMITE ÁREA ADJACENTE ALVARÁ 5/2004
- LIMITE DOS LOTES

- ACESSOS PEDONAIS
- ENTRADA PARA ESTACIONAMENTO
- ENTRADA PARA COMÉRCIO
- ENTRADA PARA EQUIP. / PARQUE URBANO
- LUGARES DE ESTACIONAMENTO MOBILIDADE REDUZIDA

O CADASTRO DA PROPRIEDADE A LOTEAR É CONSTITUÍDO POR 3 PARCELAS E DESCRITAS AS MATRIZES NA 2.ª CONSERVATORIA DO REGISTO PREDIAL DE OEIRAS COM OS NÚMEROS: MATRIZ N.º 4161 COM ÁREA DE 3.118,80m², MATRIZ N.º 4160 COM ÁREA DE 40.596,50m² E MATRIZ N.º 4050 COM ÁREA DE 279.121,302m² E TEM UM TOTAL DE 322.836,60m²

PROGRAMA HABITACIONAL:

- LOTES HABITACIONAIS IHRU LOTES A1 a A9, LOTES B1 a B6 e LOTES C1 a C8 - 670 Fogos (Habitação Coletiva)
- LOTES HABITACIONAIS A CEDER AO MUNICÍPIO DE OEIRAS PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL LOTES F1 a F30 E LOTE D1 - 100 Fogos (100 Habitação Coletiva + 30 Moradias Unifamiliares)

ÁREAS DE CEDÊNCIA:

- DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL
- PARQUE URBANO
- E1 EQUIPAMENTO
- E2 EQUIPAMENTO
- E3 EQUIPAMENTO / EDIFÍCIO A RECUPERAR
- E4 EQUIPAMENTO / EDIFÍCIO A RECUPERAR
- E5 EQUIPAMENTO

LOTE
 P.A.C. CS1 - HAB.
 P.A.C. CS1 - CS1
 P.A.C. CS1 - EST.
 CS 00,00m

NÚMERO DO LOTE
 NR. PISOS ACIMA COTA SOLEIRA | HABIT.
 NR. PISOS ACIMA COTA SOLEIRA | COMÉ.
 NR. PISOS ABAIXO COTA SOLEIRA | EST.
 COTA SOLEIRA DEFINIDA

INDICAÇÃO DE PISO VAZADO
 PASSAGEM COM LIGAÇÃO VISUAL E PEDESTRE
 AOS ESPAÇOS VERDES EQUIPADOS
 ZONA SEM COMÉRCIO

ÁREAS DO DOMÍNIO PRIVADO COM USUS (EMBASAMENTO DOS PISOS EM CAVE) ES

RSU's (subterrâneos)
 PONTOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS

PASSAGENS DE PEÕES

ARVORES E ARBUSTOS

Figura 3 | Solução Urbanística Proposta.



Figura 4 | Imagem virtual da Solução Urbanística Proposta.

Quadro 1 – Parâmetros do loteamento.

Parâmetros Lotes	Área total (m ²)	Pisos		Uso	N.º máximo de fogos	N.º lugares de estacionamento privados
		Abaixo do solo	Acima do solo			
A1	1 642	2	5	Habitação e Comércio	36	79
A2	1 110	2	7	Habitação	30	51
A3	1 110	2	7	Habitação	30	51
A4	2 076	2	7	Habitação e Comércio	60	121
A5	1 925	2	6	Habitação e Comércio	40	90
A6	633	2	6	Habitação e Comércio	15	29
A7	1 796	2	6	Habitação e Comércio	50	102
A8	1 110	2	6	Habitação e Comércio	25	50
B1	1 110	2	4	Habitação e Comércio	15	35
B2	1 110	2	4	Habitação e Comércio	15	29
B3	1 565	2	7	Habitação e Comércio	42	79
B4	1 248	3	10	Habitação e Comércio	54	89
B5	2 140	2	10	Habitação e Comércio	72	159
B6	1 616	2	7	Habitação	42	73
C1 a C6	10 825	2	6	Habitação e Comércio	144	329
D1	2 777	2	6	Habitação e Comércio	70	148
F1 a F27	13 027	1	2	Habitação	30	66

Parâmetros Lotes	Área total (m ²)	Pisos		Uso	N.º máximo de fogos	N.º lugares de estacionamento privados
		Abaixo do solo	Acima do solo			
TOTAL	46 820				770	1581

No âmbito do projeto de loteamento, são realizadas as **obras de urbanização locais**, destinadas a servir diretamente os espaços urbanos e as edificações abrangidas pela operação de loteamento. Para além destas, um conjunto de **intervensões mais abrangentes**, necessárias para garantir a funcionalidade deste novo projeto e a sua integração na área envolvente, nomeadamente a criação de:

- Uma rotunda entre a Rua Eng. José Frederico Ulrich, a Rua Domingos Fernandes, a Rua Victor Duarte Pedroso e o futuro arruamento do empreendimento;
- Uma rotunda entre a Rua Dr. Mário Charrua e o futuro arruamento do empreendimento;
- Uma rotunda entre a Rua Victor Duarte Pedroso, a Rua Carlos Saraiva e o acesso local;
- Uma interseção entre a Rua João Chagas e o futuro arruamento do empreendimento.

Tendo em consideração o tipo de projeto em avaliação, a **fase de construção** inclui, no essencial, a demolição das infraestruturas existentes e a execução das redes de infraestruturas do loteamento, a sua ligação às redes de infraestruturas existentes e a execução das vias rodoviárias a criar e a beneficiar.

Os edifícios que serão instalados no interior dos respetivos lotes serão posteriormente alvo de projetos autónomos, cujas características não são de momento conhecidas.

Para a **execução das infraestruturas**, prevêem-se as seguintes atividades:

- Implantação do estaleiro de apoio à obra, dentro do perímetro da área reservada ao loteamento;
- Demolição das atuais estruturas construídas existentes no interior da área de intervenção e remoção do material sobranter;
- Execução das terraplenagens para regularização e preparação do terreno, podendo ser necessário recorrer a terras de empréstimo;
- Execução das redes de infraestruturas e das redes rodoviárias, com instalação de sinalização rodoviária.

Prevê-se a utilização dos materiais habitualmente utilizados em obras de construção civil, como betão, vidro, ferro, aço, tubagens de materiais diversos, bem como a utilização de energia elétrica, combustíveis fósseis e água potável, de modo a garantir a iluminação, o funcionamento dos diversos equipamentos e a manutenção das áreas afetas à obra.

Na **fase de construção**, é previsível que sejam produzidas águas residuais domésticas do estaleiro e eventualmente, águas residuais resultantes da lavagem de equipamentos e máquinas (que poderão, eventualmente, conter pequenas

quantidades de óleos lubrificantes), que serão encaminhadas para a rede de saneamento existente.

No que respeita a resíduos, prevê-se que durante a fase de construção do projeto sejam produzidos resíduos sólidos urbanos, resíduos de construção e demolição, terras excedentes de escavação e óleos, combustíveis e lubrificantes usados na manutenção/funcionamento da maquinaria e equipamentos afetos à obra.

As emissões atmosféricas produzidas estão associadas aos equipamentos e aos veículos envolvidos na obra, isto é, correspondem a gases de escape.

Dada a utilização predominantemente habitacional e comercial do loteamento, na **fase de exploração** prevê-se um conjunto de atividades relacionadas com estas atividades, destacando-se:

- Habitação;
- Restauração, outros serviços, atividades comerciais;
- Limpeza dos espaços habitacionais e de comércio;
- Reparação e manutenção de edifícios e infraestruturas;
- Manutenção de espaços verdes;
- Limpeza de espaços públicos;
- Transporte rodoviário de moradores, utentes e visitantes;
- Transporte de bens, equipamentos e outros materiais e géneros, garantindo o abastecimento necessário ao exercício das atividades comerciais;
- Transporte de resíduos decorrentes das atividades exercidas.

Estima-se um **consumo de água** de cerca de 500 m³/dia, tendo em conta uma captação média de 200 L/habitante/dia e uma população a servir de 2 464 habitantes associados aos 770 fogos habitacionais. Relativamente ao comércio, estima-se um consumo de cerca de 40 m³/dia. No que diz respeito aos **esgotos**, estima-se um volume diário de cerca 425 m³/dia, a encaminhar para a rede pública. O abastecimento de água e a drenagem de esgotos é assegurada pelos SIMAS de Oeiras e Amadora.

Prevê-se a produção de **resíduos urbanos ou equiparados**, resultantes das atividades correntes, sendo expectável que se possa atingir uma produção de mil toneladas de resíduos urbanos por ano, que devem ser encaminhadas para tratamento/valorização.

O **tráfego rodoviário** gerado pelo loteamento é estimado em 1253 veículos a entrar e 560 a sair na hora de ponta da manhã de um dia útil, 1689 veículos a entrar e 869 a sair na hora de ponta da tarde de um dia útil. Esta geração engloba os vários segmentos de procura. Das análises realizadas, e considerando os pressupostos admitidos neste estudo, verifica-se que o tráfego gerado pelo empreendimento, em conjunto com as medidas e alterações na rede viária propostas, **não é suscetível de gerar restrições significativas** à circulação na rede viária na área e estudo, verificando-se inclusive que alguns nós rodoviários irão melhorar as condições de circulação com as intervenções propostas.

simas
OEIRAS E AMADORA

Sítio internet: <https://www.simas-oeiras-amadora.pt/>
Telefone: 211 146 011

O **balanço dos movimentos de terras** conduz a um volume de terras sobrantes estimado em 1 021 500 m³. Estas terras terão de levadas a vazadouro, implicando um tráfego total de 40 860 camiões durante as obras. Este tráfego, distribuído ao longo dos dias úteis de um ano, corresponde a 162 viagens, de ida e volta, por dia.

Embora não esteja prevista a **desativação** do projeto, caso esta venha a ocorrer, envolverá ações de demolição e desmantelamento das infraestruturas construídas, originando assim um conjunto de resíduos de construção e demolição, na sua maioria constituída por elementos metálicos suscetíveis de reciclagem. Alguns dos resíduos, contaminados com óleos, serão qualificados como perigosos devendo ser alvo de encaminhamento para valorização ou deposição adequada.

Prevê-se que a fase de construção das infraestruturas gerais e, posteriormente, das infraestruturas e dos edifícios de cada lote previsto empregue cerca de 50 a 150 trabalhadores, embora com caráter temporário.

O **investimento estimado** para o projeto é de cerca de 116 milhões de euros.

Foram consideradas alternativas?

A solução de projeto apresentada é específica para o terreno em questão e otimiza os objetivos do loteamento, enquanto minimiza potenciais efeitos negativos e maximiza os impactos positivos expectáveis.

Por esta razão não foram consideradas alternativas.

Quais as principais características da área de implantação do projeto?

A área de intervenção encontra-se a sensivelmente 600 m do mar e o terreno tem uma cota topográfica superior a 85 m. Dadas estas condições, a área de intervenção analisada não deverá ser sensível à influência costeira, não sendo por isso afetada pela **subida do nível médio do mar**.

Embora não tenha influência direta do mar, a proximidade ao estuário do rio Tejo e Oceano Atlântico poderá significar a atenuação das variações da **temperatura**, com especial enfoque para as temperaturas extremas máximas, que poderão verificar uma expressão menos intensa que a projetada para a generalidade da região. Por outro lado, a proximidade da costa pode significar um grau maior de suscetibilidade a situações de tempestade, com circulações atmosféricas tipicamente do quadrante Sul.

No que se refere à **geologia**, a área de projeto enquadra-se na unidade morfo-estrutural da Orla Meso-Cenozóica Ocidental. Condicionada por diferentes litologias e pela tectónica a morfologia da área de estudo exhibe heterogeneidade de declives, compreendidos entre < 1% e na ordem dos 60%. As litologias predominantes são de natureza sedimentar e constituídas por aluviões, argilas,

Os terrenos que constituem a **Orla Ocidental** depositaram-se numa bacia sedimentar de forma alongada (Bacia Lusitânica), com orientação NNE-SSW, onde os sedimentos acumulados, na zona axial, atingem

grés, calcários gresosos e calcários margosos, ligeiramente basculados para sudeste. Os basaltos e os piroclastos constituem-se como as litologias predominantes de natureza vulcânica.

Na área de estudo não se encontram cartografadas quaisquer falhas. A intensidade sísmica máxima varia é 7. Não são conhecidos recursos geológicos de elevado valor económico. Em termos de recursos geológicos, **não existem ocorrências relevantes** no que respeita a recursos minerais, geotérmicos, hidrogeológicos e património geológico (geossítios).

A área de intervenção integra apenas duas classes de **solos**: Barros Castanhos-Avermelhados e Calcários respetivamente, sendo que no total ocupam 13,6% da área de intervenção. Por seu turno, a área artificializada constitui 86,4% da área de intervenção, não se encontrando, por este motivo, associada a uma classificação pedológica.

No que se refere à **capacidade do solo**, verifica-se a presença de algumas manchas, localizadas a ENE e no Sul da área de intervenção, que apresentam limitações resultantes de erosão e escorrimento superficial. Ainda assim, é de frisar que, no contexto global, a sua expressão é residual. Destaca-se ainda a área a NE, a qual possui uma capacidade de uso muito elevada, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros. Uma vez mais, a área artificializada ou área social é preponderante, fazendo-se corresponder à área análoga na Carta dos Solos de Portugal.

A área de estudo insere-se na massa de **água subterrânea** denominada de “Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Tejo”, constituída maioritariamente por formações sedimentares com produtividade média (3 a 10 L/s), sendo que na área de interesse para o presente projeto as formações geológicas de maior produtividade aquífera estarão associadas às formações carbonatadas e detríticas do complexo Miocénico de Lisboa. Ao nível da massa de água subterrânea observa-se **tendência de descida dos níveis piezométricos**. Não existindo furos verticais destinados ao abastecimento público, identificam-se na área do projeto e na proximidade alguns furos particulares. No que respeita à qualidade das águas subterrâneas o estado químico da massa de água está classificado como “Medíocre”.

Dadas as características da **rede hidrográfica natural superficial** na área analisada, nomeadamente a fraca densidade, considera-se que, no âmbito da caracterização da situação de referência do estado do ambiente, não há aspetos relevantes a assinalar.

Nas estações de Alfragide/Amadora, Mem Martins, Quinta da Marquês, Reboleira e Restelo, para o período 2017-2021, verificou-se o cumprimento dos valores limite da **qualidade do ar** estabelecidos para a proteção da saúde humana.

Da análise do inventário de emissões elaborado pela Agência Portuguesa do Ambiente, conclui-se que os setores que mais contribuem para as emissões atmosféricas do concelho afetado pelo projeto (Oeiras) correspondem ao tráfego rodoviário, fontes estacionárias e solventes.

Atualmente os terrenos da área de intervenção não possuem ocupação ou utilização com uso sensível ao **ruído**. A envolvente apresenta uma ocupação

cerca de 5 km de espessura (ARH-Tejo, 2011). O início da abertura da bacia (fase de pré-rifting) é atribuído ao Triássico.

Um **geossítio** é um lugar de interesse particular para o estudo da geologia, geralmente com características notáveis do ponto de vista científico, didático ou turístico.

Pedologia – Ciência que estuda o solo.

típica de meio urbano, relativamente consolidado, constituído por edifícios unifamiliares e multifamiliares, incluindo comércio e serviços. Na envolvente norte da área do projeto, junto à Rua Domingos Fernandes localiza-se a Escola Secundária Professor José Augusto Lucas e junto à Rua Vitor Duarte Pedroso, localiza-se a Escola EB1 JI Alto de Algés.

A área de projeto e a envolvente, encontra-se classificada como zona mista. De acordo com os resultados das medições, os indicadores de longa duração L_{den} e L_n obtidos cumprem os valores limite aplicáveis a zona mista [$L_{den} \leq 65$ dB(A) e $L_n \leq 55$ dB(A), conforme estabelecido na alínea a), o número 1, artigo 11º do RGR.

Assim, o ambiente sonoro junto dos recetores sensíveis potencialmente mais afetados e na área do empreendimento (proposta de edificação de novos recetores sensíveis), é moderadamente perturbado, sendo a principal fonte de ruído relevante o tráfego rodoviário urbano.

Regulamento Geral do Ruído (RGR) aprovado pelo DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação atual.

O RGR estabelece dois requisitos acústicos associados a valores limite aplicáveis às fontes de ruído: valores limite de exposição no exterior a serem verificados juntos dos recetores sensíveis inseridos em “zona mista” ou “zona sensível” ou isolados e que são expressos em dois indicadores, L_{den} e L_n .

Zona mista é a área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação inclui outros usos, existentes ou previstos, para além da habitação, por exemplo.

Zona sensível é a área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços sem funcionamento no período noturno.

Indicador de ruído diurno-entardecer-noturno (L_{den}) está associado ao incómodo global (engloba os três períodos definidos no RGR: diurno, entardecer e noturno).

Indicador de ruído noturno (L_n) o nível sonoro médio de longa duração é determinado durante uma série de períodos noturnos representativos de um ano.

RELAPE – espécies Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção.

Ruderal (*ruderalis*) – Vegetação ou planta que vive em meios resultantes da habitação humana (escombros, entulhos, estrumeiras, etc.), caracterizados por elevada percentagem de azoto no solo.

Cosmopolita (cosmopolitas) – Designação dada às espécies com distribuição mundial.

In
https://www.uc.pt/herbario_digital/leam_botany/glossario/#

No que respeita à **Biodiversidade**, durante os trabalhos de campo na área em análise não foi possível confirmar a presença de qualquer espécie vegetal RELAPE atribuída à região onde o Projeto se insere, sendo improvável a ocorrência de qualquer destas espécies na área de estudo. Por outro lado, foram observadas na área de estudo pelo menos doze espécies exóticas invasoras, nos termos do Decreto-Lei n.º 92/ 2019, de 10 de julho.

A área de estudo tem apenas comunidades ruderais cosmopolitas sem valor de conservação. Adicionalmente estão ali presentes espécies de árvores e arbustos ornamentais, em particular na área envolvente aos edifícios da antiga Estação Radionaval.

Nenhuma das **comunidades vegetais** presentes corresponde a habitat com estatuto legal de proteção.

As **comunidades animais** são genericamente pouco diversificadas e constituídas por espécies bem-adaptadas à presença humana e sem estatuto de ameaça. A única exceção refere-se à presença de coelho-bravo, espécie atualmente classificada como Vulnerável.

Em suma, a área de estudo não apresenta valores naturais de relevo, no que se refere à fauna, flora e vegetação.

Em termos **socioeconómicos**, a operação urbanística de edificação e requalificação dos terrenos das antigas instalações militares da Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro, pretende a constituição de uma nova centralidade urbana multifuncional, com relevo para a componente residencial, em parte destinada a suportar os programas municipais de habitação, as atividades terciárias e a qualificação de espaços verdes urbanos. O terreno constitui atualmente uma área intersticial rodeada de áreas urbanas consolidadas, com diferentes vocações e densidades, e insere-se na dinâmica de densificação e de ocupação de lotes em curso nesta zona do concelho de Oeiras, sobretudo na sua envolvente a norte, onde decorrem vários projetos de edificação, com relevo para as funções residenciais e terciárias.

Este terreno apresenta sinais evidentes de abandono e degradação, estando em parte sujeito a ações de desqualificação e vandalização dos seus elementos edificados, que constituem uma memória local, e a processos de crescente presença de matos e vegetação espontânea. Apesar de ser parcialmente utilizado pela população local como área de lazer e de circulação de vizinhança, estes usos são fortemente limitados pelas características desqualificadas do local e pelo relevo vigoroso, com vertentes acentuadas para sul e poente.

A Sub UOPG localiza-se numa freguesia com grande dinamismo urbanístico, com alguns índices até superiores à média do concelho, mas com evidentes faltas de equipamento urbano e de infraestruturas de proximidade e de usos coletivo, nomeadamente de áreas de lazer e de circulações de vizinhança.

A análise efetuada permite verificar que a **ocupação do solo** na área do Projeto é constituída predominantemente por áreas naturais e seminaturais, que ocupam aproximadamente 62,5% do território. As áreas artificializadas são também expressivas, ocupando cerca de 26,2% da ocupação do solo. Com menor expressão, seguem-se as áreas agrícolas, que ocupam 11,4%.

Destaca-se o seguinte a nível de **ordenamento do território**: no PDM de Oeiras é referido que o principal objetivo geral da Sub UOPG 10 é, após desativação da atual servidão, a consolidação dos espaços no sentido de reforçar a centralidade e promover a multifuncionalidade, através de áreas residenciais, atividades terciárias e outras compatíveis.

Referente aos 10 compromissos estabelecidos pelo PNPOT para o território, destaca-se o compromisso n.º 2 “*Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica*” o qual fundamenta o atual projeto.

No âmbito do modelo territorial do PROT-AML, a área de estudo está representada como uma “*Área Urbana a Estabilizar*”. Já no que se refere às unidades territoriais, a área de estudo enquadra-se no “*Espaço Metropolitano Poente – Eixo*

Vulnerável – classificação atribuída à espécie, de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados Terrestres de Portugal, disponível em <https://www.icnf.pt/conservacao/especies/livrovermelhodosvertebrados>

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, revogando a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro

Algés/Cascais". Por fim, no que à rede ecológica metropolitana diz respeito, a área de intervenção está classificada como "Área Vital"

No que se refere às servidões administrativas e restrições de utilidade pública destaca-se para a área de estudo: Leito e Margem das Águas Fluviais (Domínio hídrico); Reserva Ecológica Nacional; Defesa Nacional / Zona de Servidão Militar; Perímetro Militar; Telecomunicações; Zona de Servidão Radioelétrica; Marco Geodésico / Zona de Proteção ao Marco Geodésico.

A caracterização da **saúde humana** na área foca-se nos fatores de esperança de vida, natalidade e mortalidade infantil, mortalidade, morbidade, saúde mental, principais fatores de risco, atividade física, alimentação e nutrição, perceção do estado de saúde e deficiência e incapacidade.

No âmbito do fator **Património Cultural** elaborou-se um inventário de vinte e sete ocorrências (oc. 1 a 27), a maioria das quais situada na zona envolvente do projeto, com exceção das oc. 1, 2 e 3. Este acervo abrange sítios arqueológicos e imóveis protegidos pelo inventário público (Endovélico, SIPA e PDM). Não se identificaram imóveis classificados na área do projeto. Os resultados da prospeção sistemática nos terrenos da área de intervenção são escassos e correspondem à identificação de três artefactos líticos de cronologia pré-histórica, uma raspadeira e duas lascas de sílex (oc. 28 e 29, achados isolados). Não se deve excluir a presença de um contexto arqueológico, associado àqueles artefactos, cujas condições de visibilidade, ao nível do solo, não permitiram identificar.

As seis ocorrências reconhecidas com valor cultural, a partir da pesquisa documental e de prospeção, são os dois edifícios da Antiga Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro (oc. 1): o edifício principal (oc. 1a) e o edifício onde estava instalada a Central Recetora (oc. 1e), um reservatório de água circular, elevado, (oc. 2) e um marco geodésico, formado por um pilar cilíndrico, em betão (oc. 3), no limite sudeste da área do projeto.

A área de desenvolvimento do projeto situa-se na cumeada entre o vale do Jamor e o vale de Algés, encaixada entre o Dafundo e Alto dos Moinhos. É um terreno aberto, de declives suaves e uma exposição predominantemente virada a sul, e livres de construção, onde domina uma ocupação de vegetação herbácea e alguns matos rasteiros.

Em termos globais na área de estudo dominam as classes de Elevada qualidade visual e de Baixa-Média capacidade de absorção visual, a sensibilidade da paisagem obtida pela combinação dos indicadores anteriores é na grande maioria Muito Elevada.

Em termos de **paisagem** pode ser considerada uma zona de elevado potencial, fundamentalmente por se encontrar envolvido visualmente pelo Jamor/ Alto do Duque, áreas com extensas manchas arbóreas que recobrem a maior parte das vertentes que funcionam com o enquadramento visual.

PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril

Área Vital – compreende áreas que contribuem para a sustentabilidade do território, correspondendo a espaços livres considerados como vitais para a manutenção da função ecológica dominante e da conectividade entre as áreas e os corredores.

Endovélico – Base de dados de sítios arqueológicos: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

SIPA – Sistema de Informação do Património Arquitetónico – Base de dados disponível em <http://www.monumentos.gov.pt>

A **qualidade visual** é o resultado da manifestação cénica do território determinada pela presença dos principais elementos estruturais do espaço (relevo, coberto vegetal, recursos hídricos e estruturas construídas) e pela dinâmica que estes elementos, inter e intra-relacionados proporcionam.

A **absorção visual** da paisagem é a capacidade que esta apresenta para absorver, integrar ou disfarçar visualmente as atividades humanas, permanecendo o seu carácter e a sua qualidade visual. Esta capacidade que a paisagem apresenta é avaliada com base na maior ou menor capacidade para suportar um impacto visual.

A envolvente à área de implantação apresenta um carácter mais humanizado, rodeado por diversos edifícios multifamiliares, mordais isoladas e áreas de comércio e serviços.

A qualidade visual da área de implantação do projeto é de elevada qualidade visual e a capacidade de absorção visual é média, sendo a sensibilidade da paisagem Elevada.

A nível de **transportes e mobilidade**, o futuro Loteamento não tem, nem terá qualquer acesso rodoviário direto à rede viária de 1º e 2º nível, sendo servida diretamente apenas por vias de 3º e 4º nível hierárquico, as quais permitem o acesso à rede principal através de vias rodoviárias que apresentam já TMDA bastante elevados (por ex., Avenida 25 de Abril de 1974, Avenida Carolina Michaelis), onde se registam já constrangimentos rodoviários, nomeadamente nos acessos à rede rodoviária de nível superior.

O Loteamento terá cinco entradas e quatro vias interiores estruturantes, que permitirão o acesso direto a todos os lotes, assim como algumas vias inferiores de acesso a garagens de alguns lotes, das quais três serão novas vias a construir. Destas, recomenda-se que se estude um traçado alternativo para a via que desemboca na Rua Mário Charrua, por esta entroncar numa zona de pouca visibilidade e declive acentuado. Caso não seja possível estudar uma alternativa, sugere-se que seja construída uma pista de entrada na Rua Mário Charrua, sendo proibidos determinados movimentos nesta interseção.

Em termos de transportes públicos, o futuro empreendimento é servido tanto por carreiras municipais como intermunicipais, que permitem a ligação a Algés e à rede ferroviária da Linha de Cascais, assim como à linha de Sintra na estação de Queluz Belas e ainda a Lisboa e a outras freguesias do concelho como Carnaxide e Queijas. A Sub UOPG é bem servida por paragens de Transporte Público Coletivo Rodoviário com algumas a localizarem-se nos limites da mesma. Futuramente será ainda servida por uma das antenas do LIOS – Linha Intermodal Sustentável entre Algés – Reboleira, que passará a menos de 200 metros do limite norte da Sub UOPG.

No que respeita a modos suaves, atualmente não se regista a existência de ciclovias na Sub UOPG, sendo a mesmo acessível por percursos pedonais (passeios) em boas condições de conservação.

A **sensibilidade da paisagem** é a menor ou maior capacidade da paisagem em suportar novos usos sem alterar a sua qualidade visual, ecológica e cultural.

TMDA - Tráfego Médio Diário Anual
– média anual dos volumes de tráfego medidos num determinado local durante 365 dias.

Quais os principais efeitos (impactes) do projeto?

O EIA identificou dezenas de impactes, positivos e negativos, como é natural em qualquer projeto de grande dimensão. De entre estes, salientam-se como **principais impactes positivos** os seguintes:

- Requalificação urbana, incluindo a criação de um parque urbano nesta zona do concelho;
- Dinamização do emprego e das atividades económicas;
- Disponibilização de habitação, para arrendamento ou aquisição, a preços acessíveis (inferiores aos preços de mercado).

Muitos destes impactes positivos refletem-se em determinantes ambientais e sociais, com efeitos positivos na **saúde humana**.

Como **principais impactes negativos** do projeto identificam-se:

- A artificialização da estrutura da paisagem;
- A ocupação urbana de uma área não edificada;
- A degradação das condições de circulação na rede viária envolvente.

No EIA são ainda analisados os **impactes cumulativos** esperados do presente projeto.


O Projeto vai contribuir para diversos impactes potencialmente significativos.

Os **principais impactes negativos significativos** identificados relacionam-se com o tráfego gerado (condições de circulação nas vias envolventes, ruído, emissões atmosféricas). O estudo de tráfego considerou um **cenário futuro com a concretização de mais três operações de desenvolvimento urbano com dimensão relevante (Figura 5)**:

- Praça Lusíadas;
- Praça da Música;
- Capela de Nossa Senhora do Cabo.

Impactes cumulativos são os impactes no ambiente que resultam dos impactes incrementais do projeto quando adicionados a outros projetos, passados, presentes ou previsíveis num futuro razoável, independentemente de quem os promove.



Limite da Área de Intervenção





Operações Urbanísticas na Área Envolvente do Projeto
 Capela Nossa Senhora do Cabo
 Praça Lusíadas
 Praça da Música

Figura 5 | Operações urbanísticas na envolvente do projeto.

Refletindo a análise realizada no Estudo de Tráfego, o EIA também analisou a situação futura que contempla todos os projetos previstos na envolvente, e acima

referidos, e o Loteamento da Estação Radionaval (capítulo 6.16.2.2 do Relatório Síntese).

Do mesmo modo, as simulações efetuadas do **ruído de tráfego rodoviário** e das **emissões atmosféricas geradas pelo tráfego rodoviário** também consideraram os acréscimos – cumulativos – do tráfego gerado pelos outros projetos de desenvolvimento urbano localizados na envolvente.

Os impactes cumulativos na **paisagem**, resultantes dos processos de urbanização de áreas outrora agrícolas não são significativos quando considerados os restantes três empreendimentos. Poderiam, de um ponto de vista teórico, sê-lo, considerando a urbanização da área envolvente nas últimas décadas. Em todo o caso, a opção pela criação de um Parque urbano com cerca de 12 ha é uma medida que claramente compensa este impacte negativo cumulativo.

Outro impacte negativo potencialmente cumulativo é a **impermeabilização do solo e, conseqüente efeito sobre as características de drenagem e infiltração**. No entanto, no computo geral da bacia hidrográfica foi avaliado como não significativo e de magnitude reduzida.

O EIA, ao considerar o tráfego já existente na zona e os acréscimos das principais operações de desenvolvimento urbano localizadas na envolvente e geradoras de tráfego, já acautelou a análise dos impactes cumulativos mais significativos e que se prendem com o tráfego: condições de circulação, ruído e poluição atmosférica. Os restantes impactes potencialmente cumulativos não são significativos.

Quais as principais medidas de mitigação dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos? E quais as conseqüências dessas medidas nos impactes anteriormente identificados?

No EIA propõe-se um conjunto de medidas para evitar, minimizar e compensar os efeitos negativos decorrentes da construção e exploração do projeto, bem como para maximizar os efeitos dos impactes positivos.

Algumas destas medidas dizem respeito a procedimentos de gestão ambiental da fase de construção, com os objetivos, entre outros, de prevenir a poluição do solo e das águas, de minimizar a afetação da população mais próxima ao ruído e à emissão de poeiras/partículas. Estão também previstas medidas de gestão dos resíduos produzidos, de integração paisagística e de comunicação/divulgação, que visam atenuar os impactes negativos sobre os habitantes mais próximos da área de projeto.

Salientam-se ainda as seguintes medidas:

- Acompanhamento arqueológico durante as ações de escavação, terraplanagem ou qualquer outra movimentação de terra;
- Localização das infraestruturas temporárias necessárias de apoio à obra afastadas dos recetores identificados, escolas e habitações;
- Localização das entradas e saída do estaleiro em vias de acesso local, com menor volume de tráfego e largura de perfil suficiente para movimentação dos veículos sem necessidade de manobras adicionais.

A aplicação de medidas preventivas e de minimização de impactes leva a que os impactes negativos classificados como significativos passem a ser considerados como **pouco significativos**, com exceção da perturbação do trânsito automóvel, na fase de construção.

E foi proposta monitorização?

Tendo em conta os impactes residuais avaliados foram propostos **três programas de monitorização**:

- Recursos hídricos subterrâneos;
- Ambiente sonoro e transportes;
- Mobilidade e acessibilidade.

Assim poder-se-á aferir a real afetação dos recursos hídricos subterrâneos em resultado da implementação do projeto caso estas venham a ser utilizadas na rega dos espaços verdes, bem como os reais impactes nas outras duas vertentes.

Qual a conclusão que se retira da análise efetuada?

O projeto do “**Loteamento Estação Radio Naval**”, na freguesia de Linda-a-Velha, concelho de Oeiras, incide sobre uma área **aproximada de 36,2 ha** e prevê **770 fogos**. Não se localiza em área qualificada como sensível nos termos do regime jurídico da AIA. Os loteamentos urbanos, não localizados em áreas sensíveis, com um número de fogos igual ou superior a 500 estão automaticamente sujeitos a AIA.

Este projeto resulta de uma parceria entre o **Município de Oeiras** e o **IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana I.P** e no âmbito do desenvolvimento de um Programa Habitacional de Renda Acessível, programado para cerca de 700 fogos de diferentes tipologias, maioritariamente T1, T2 e T3, para responder à procura pelo estrato da população que, tendo condições de rendimento familiar para pagar uma renda não apoiada, não consegue, no entanto, pagar os preços de mercado de arrendamento ou aquisição dos fogos com as tipologias adequadas às necessidades do agregado familiar.

O projeto irá permitir criar um parque urbano, com cerca de 11,73 ha, numa área do concelho de Oeiras com carência de áreas verdes com esta dimensão. O projeto também assegura a cedência de áreas ao Município para a instalação de equipamentos coletivos.

Não foram identificadas **lacunas de conhecimento** que afetassem a avaliação de impactes efetuada.

Tendo em conta as medidas de mitigação propostas, não foram identificados impactes negativos residuais que inviabilizem o projeto de loteamento.

SIGLAS

AIA – Avaliação de Impacte Ambiental

CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

DIA – Declaração de Impacte Ambiental

DL – Decreto-Lei

EIA – Estudo de Impacte Ambiental

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana I.P.

NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PDM/PDMO – Plano Diretor Municipal/Plano Diretor Municipal de Oeiras

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNR2000 – Plano Nacional Rodoviário 2000

PROF-LVT – Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo

PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

RJAIA – Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental

RNT – Resumo Não Técnico

SIMAS – Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora

TMDA - Tráfego Médio Diário Anual

TPCR – Transporte Público Coletivo Rodoviário

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

ZE – Zona de Enquadramento



Limite da Área de Intervenção

Referências Administrativas
 ● Sede de Distrito
 Limite do Concelho de Oeiras
 Concelhos Limitrofes

Designação do projeto: Loteamento da Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro	
Designação do desenho: Planta de Localização Sobre Carta Militar	N.º do desenho 1
Escala: 1:25 000	Data Dezembro 2023
Sistema de Referência: ETRS_1989_Portugal_TM	
Fontes de Informação: Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), DGT, 2023 Limite Área de Intervenção: Câmara Municipal de Oeiras, 2023 - Carta Militar: CIGeRF	